















































































A CASA VIGIADA

A partir de 1946, os corpos direitivos da CEI e muitos sócios são alvo de vigilância policial que se prolonga de forma quase contínua até ao fecho da Casa, em 1965.

A PIDE começa por detetar que quase todos os elementos da direção assinaram as listas do MUD e participaram no MUD Juvenil, além de registar algumas ligações ao PCP. Assinala a recusa de dirigentes da Casa de manifestarem repúdio contra as declarações de Nehru sobre a "Índia Portuguesa" e uma ampla adesão ao protesto estudantil contra o decreto 40.900.

Em crescendo, vai denunciando o envolvimento de parte significativa da massa associativa com a oposição à ditadura e ao colonialismo. Em poucos anos, a CEI torna-se um sério problema para o regime, que hesita quanto à solução a adotar. Entre 1952 e 1957, e no primeiro semestre de 1961, a Casa esteve sujeita a duas Comissões Administrativas impostas pelo Governo, com o objetivo de alinhá-la com os desígnios oficiais.

A distribuição da "Mensagem ao Povo Português", as fugas e deserções que aumentaram a partir de 1961, como reação à guerra colonial, a publicação do primeiro jornal clandestino Anti-Colonial em 1963-65, por um grupo de associados da CEI, conseguiram iludir a vigilância da PIDE.

Perante a manifesta impossibilidade de regenerar a Casa, o governo opta pela sua asfixia financeira (a partir de 1963) e pela proibição de atividades culturais. A repressão faz-se sentir através de rusgas e apreensões de material, devassa de correspondência e prisão de sócios.